



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639176 - SP (2021/0005395-0)

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : GUSTAVO OCTAVIANO DINIZ JUNQUEIRA - SP149115  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : THIAGO FERREIRA DE PAULA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de THIAGO FERREIRA DE PAULA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravado em Execução n. 0013985-85.2020.8.26.0050).

O paciente foi condenado às penas de 1 mês e 15 dias de detenção e de 27 dias de detenção pela prática de dois crimes descritos no art. 147 do CP, tendo as sanções sido substituídas por medidas de internação, de no mínimo 1 ano ante a sua semi-imputabilidade, medidas que foram julgadas extintas pelo juiz da execução, que as considerou inconstitucionais.

Inconformado, o *Parquet* interpôs agravo em execução perante o Tribunal estadual, que deu provimento à insurgência, a fim de restabelecer as medidas impostas.

Os impetrantes alegam afronta à Súmula n. 527/STJ, asseverando que a duração da medida de segurança não poderia superar a pena máxima prevista para os crimes imputados, de forma que a decisão que as extinguiu deveria ser restabelecida.

Requerem, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja restabelecida a decisão do magistrado singular que extinguiu as medidas de internação impostas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião

do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente